

Propostas de resoluções para a Assembleia do Sindsep-DF: 29/04/2015

Conjuntura

Abaixo o Plano Levy:

- O governo Dilma adotou medidas de ajuste fiscal como parte de uma política recessiva e de arrocho, que penaliza a classe trabalhadora. A nova política econômica - Plano Levy - vem paralisando o país com cortes de gastos em obras (PAC), em universidades públicas, no FIES, nos ministérios e aumento dos combustíveis, da energia elétrica, causando muita insatisfação. Como se isso não bastasse, o impacto que a crise na Petrobrás já começa a causar desemprego, processo que tende a se acentuar.

Diante deste quadro, é fundamental que a CUT reivindique que o governo federal mude a atual política econômica, mantendo coerência com a pauta vitoriosa nas eleições. É necessário fazer as reformas que mobilizam a sua base social (agrária, urbana, política, comunicação e tributária), garantindo a defesa das conquistas e a manutenção dos direitos trabalhistas. Abaixo o Plano Levy!

Barrar a contrarreforma política de Eduardo Cunha:

Em 2014 a CUT teve participação destacada no plebiscito popular pela constituinte para a Reforma Política (quase 8 milhões de votos). A posição da CUT é: "Corrupção se combate com Reforma Política e essa se faz com Constituinte exclusiva", com o fim do financiamento empresarial de campanha. Ao mesmo tempo propomos a mais ampla unidade pelo "Devolve Gilmar". e contra a "PEC da corrupção" (PEC 352/344) de Eduardo Cunha.

Estratégia

Defesa do Direito de Greve na OIT) - Política internacional:

Em defesa do Direito de Greve no âmbito da OIT: Em 2014 registrou-se uma ofensiva do grupo dos empregadores (patrões) com o apoio de governos contra o Direito de Greve na OIT.

Com o falso argumento que a Convenção 87 (liberdade de organização sindical sem interferência de governos e patrões) não fala explicitamente em Direito de Greve, a ofensiva visa questionar esse direito essencial dos trabalhadores.

O acordo precário alcançado entre o grupo dos trabalhadores (liderado pela CSI), o grupo dos empregadores e o grupo dos governos em fevereiro deste ano sobre o tema não resolve a questão, pois remete para as legislações nacionais o respeito ao direito de greve, apenas afirmando que "se reconhece aos trabalhadores e empregadores o direito de desenvolver ações coletivas para defender seus interesses profissionais legítimos". Além de não reconhecer explicitamente o Direito de Greve, tal acordo ainda legitima os locautes patronais, considerados ilegais em inúmeros países. A CUT continuará defendendo o Direito de Greve dos trabalhadores no âmbito da OIT, rechaçando sua identificação com "ações coletivas dos empregadores".

Contra o ajuste fiscal de Levy, é preciso outra política econômica:

A CUT, desde o início do 2º mandato de Dilma, vem defendendo mudanças na política econômica, de caráter regressivo e recessivo, do ministro Levy. Uma outra política econômica deve adotar medidas como:

1. Centralização cambial, derrubada dos juros: Trata-se de controlar a mobilidade de capitais, com o governo retomando a autoridade de definir o câmbio e taxas de juros em favor do desenvolvimento. Não serão mais os especuladores (o "mercado") que imporão as taxas, como é desde Collor, com a "livre" entrada e saída de dólares. A centralização do câmbio permitiria ao Banco Central reduzir fortemente os juros. Os especuladores não ameaçarão remeter seus dólares para o exterior quando bem quiserem, terão de alocar o dinheiro em títulos públicos, mesmo a juros menores, ou em ativos produtivos.

2. Reindustrialização e proteção comercial: Proteger a indústria da competição predatória internacional. O "livre" comércio, bom para as multinacionais, serve para reduzir salários em nome da "competitividade". São necessárias tarifas e barreiras de importação em ramos industriais mais relevantes. Com o câmbio centralizado o dólar será mais caro para bens supérfluos ou de luxo, ficando mais barato para outros bens estratégicos para o desenvolvimento industrial (insumos, máquinas e equipamentos). Além disso, o Brasil escolherá com quem priorizar seu comércio exterior, por exemplo, países do UNASUL.

Quanto ao incentivo governamental à indústria, a primeira coisa a fazer é acabar com as desonerações da folha da contribuição patronal ao INSS, voltando a vigorar o 20% de contribuição ao INSS, reforçando a Previdência pública e solidária. Os demais incentivos fiscais (redução de IPI, ICMS etc.) devem ser vinculados ao cumprimento de metas de geração de empregos (portanto sem demissões) e respeito aos direitos trabalhistas e sindicais

3. Fim do superávit fiscal, investimento público e reestatização: O fim da política de fixar metas de superávit fiscal (percentual do PIB do montante reservado para pagar juros a especuladores e banqueiros), com a retomada dos investimentos na melhoria dos serviços públicos, para criar ou recriar empresas estatais nas áreas de transporte, eletricidade, telefonia, com mais hospitais e escolas. O que reforçaria o mercado interno para a indústria pois, além de novos empregos, a produção de bens de consumo coletivo barateia o custo de vida, desafogando o orçamento da família trabalhadora com serviços públicos de qualidade.

Os investimentos estatais incentivarão a indústria, barateando redes de fornecimento, elevando a produtividade geral, sem quebrar direitos trabalhistas. No médio prazo, fará crescer o PIB e a arrecadação tributária.

4. Outras medidas estruturais são necessárias: reforma tributária taxando grandes fortunas e heranças, fazendo os ricos pagarem mais impostos, e menos os trabalhadores, sobretudo os de menor renda; as reformas agrária e urbana terão também efeitos no mesmo sentido.

Essas medidas sofrerão oposição do capital internacional, dos banqueiros e seus aliados empresariais e na mídia. Mas terão o apoio do povo trabalhador que é quem constrói a nação brasileira.

Petrobras e Lava Jato:

A defesa da Petrobras, diante dos objetivos por trás da Operação Lava Jato - retomar o modelo de FHC de concessão inclusive na área do Pré-sal, privatizar a empresa - é elemento central na situação. Defender a Petrobras é organizar ações de massa e reafirmar a proposta de uma Petrobras 100% estatal e com monopólio na exploração no Pré-sal e demais áreas de produção, levantada pela FUP e movimentos populares. Quanto às empreiteiras e construtoras que lesaram a Petrobras, causando prejuízos ao patrimônio público, devem ser encampadas pelo poder público ou pela própria Petrobras, como prevê o direito privado, única forma de garantir os milhares de empregos ameaçados pelo envolvimento dessas empresas na corrupção de altos funcionários da Petrobras.

Reforma Política:

Como a CUT afirmou desde seu 11º CONCURTO, “com esse Congresso não dá”, eleito sem proporcionalidade, com financiamento empresarial, com um Senado oligárquico, com o voto em pessoas e não em listas partidárias e que para que seja feita uma verdadeira reforma política se faz necessária uma Constituinte.

Este foi o sentido da participação da CUT no Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana sobre o Sistema Político, que em setembro de 2014 recolheu quase 8 milhões de votos (97,5% pelo SIM), que hoje se desdobra na exigência de um Plebiscito oficial com o mesmo tema.

Política Industrial:

- A CUT reafirma sua posição de exigir o fim da desoneração da contribuição patronal em folha do INSS, defenderá essa posição em todos os foros em que participa com o governo e exigirá prévias contrapartidas trabalhistas e sociais para todas as eventuais isenções fiscais ou créditos públicos subsidiados que beneficiem o empresariado.

Independência sindical:

A CUT se pronuncia contra a parceria com os patrões para flexibilizar direitos e não aceita e combate a tese de que o “negociado prevaleça sobre o legislado” sob qualquer forma. A CLT é o patamar mínimo a ser respeitado e as negociações coletivas existem para ampliar direitos, nunca para reduzi-los ou flexibilizá-los. Esse é um aspecto fundamental do princípio de independência de classe adotado pela CUT desde sua fundação.

Estrutura Sindical:

Da forma como se deu o reconhecimento das centrais sindicais (Lei 11.648/08), as mesmas não podem participar de negociações de contratos coletivos de trabalho, atributo exclusivo de sindicatos, federações e confederações de categoria ou ramo. A participação das centrais só é reconhecida em “foros tripartites” consultivos que tratem de interesses gerais dos trabalhadores/as das entidades a elas filiadas. O reconhecimento das centrais veio acompanhado da manutenção da “unicidade” e da contribuição sindical obrigatória (o antigo imposto sindical). O fato é que com esta lei a CUT teve a sua representatividade reduzida de 39% para 31% na aferição feita pelo Ministério do Trabalho (base para a distribuição do imposto sindical entre as centrais) nos últimos anos.

A CUT deve retomar com força a luta pelo fim do imposto sindical e pela ratificação da Convenção 87 da OIT, que terminaria com os pilares da estrutura corporativa que são o imposto sindical (ou contribuição sindical) e a unicidade sindical, reatando com seus princípios estatutários, incentivando os sindicatos filiados a aumentarem a sindicalização visando diminuir sua dependência dos recursos advindos da contribuição sindical (imposto) compulsória. Trata-se de uma medida de autodefesa da CUT como central sindical independente.

Sobre os Macrossetores:

Os “Macrossetores” devem ser, tal como aprovou o 11º CONCURT, “um espaço para a discussão e troca de experiências” interno à CUT, e não uma nova “instância” que gozaria de autonomia em relação à central. Eles não podem e nem devem substituir as instâncias regulares da central, eleitas em congressos com delegados de base, ou substituir as confederações orgânicas e filiadas já existentes na estrutura da CUT.

Estatutos

- Manutenção dos mandatos das instâncias da CUT em **3 anos** – artigo 48 dos Estatutos da CUT, modificado pela 14ª Plenária Nacional para 4 anos.

Justificativa: *A 14ª Plenária nacional da CUT adotou, ad referendum do 12º CONCURT, a ampliação dos mandatos das direções estaduais e nacional da CUT para 4 anos, com argumentos frágeis e inconsistentes – “dar mais tempo para organizar melhor a gestão”) e que os congressos não devem coincidir com anos eleitorais. Estamos pela manutenção dos 3 anos de mandato (mesmo se não é uma questão de princípio), como votamos na Plencut, argumentando **o controle que as bases devem ter sobre as direções, para o qual não é indiferente o tempo de mandato (amanhã se pode propor 5, 6 ou mais anos), além do impacto que poderá ter na ampliação de mandatos em todos os sindicatos e confederações filiadas ou orgânicas.***

Propostas para o Plano de Lutas

1. Exigir do governo federal o atendimento efetivo da pauta de reivindicações dos servidores públicos federais.
2. Reafirmar, aos 11 anos de ocupação militar do Haiti que se completam em 1º de junho, a exigência de retirada das tropas brasileiras e da ONU do país irmão.
3. Contra a repressão antissindical na Espanha onde mais de 300 sindicalistas são ameaçados de penas baseadas na legislação herdada do franquismo (ditadura fascista). Anulação das perseguições e processos em curso, em defesa do Direito de Greve e de organização de nossos companheiros espanhóis!
4. Participar da campanha do Plebiscito por uma Constituinte exclusiva e soberana sobre o Sistema Político “tem que ser oficial”, que prevê a realização do Encontro Nacional e Popular pela Constituinte em setembro de 2015.

5. A exigência de “Nenhuma demissão” deve ser integrada à nossa pauta, pois em setores que mais lucraram no último período já se anuncia “facção”. As montadoras promovem lay-offs, férias coletivas e pressionam por mais benesses (redução de impostos, desoneração da folha) do governo federal. Ao contrário de “parceria” com as empresas para reduzir jornadas e salários, com recursos do FAT ou FGTS, que são dos trabalhadores, para pagar salários reduzidos, a CUT deve encabeçar a luta contra as demissões e pela garantia no emprego, pois se algo tem que ser reduzido é a margem de lucro dos capitalistas.
6. Participar de todas as mobilizações que exijam a punição dos crimes da Ditadura Militar, com a revogação da Lei de Anistia e a reparação das famílias das vítimas;
7. Mobilizar contra os leilões de privatização e concessão de empresas públicas, na linha da reestatização do que foi privatizado.
8. Por uma Petrobras 100% estatal e que exerça o monopólio da União restabelecido sobre todas as áreas produtoras no Pré-sal e fora dele.
9. Pela revogação da Lei de Responsabilidade Fiscal e o fim da política do Superávit Primário que estrangulam os investimentos nos serviços públicos e na valorização dos servidores.
10. Apoiar a luta dos trabalhadores em Educação pela aplicação integral da Lei do Piso, reivindicando do governo federal que tome medidas que obriguem governadores e prefeitos a cumpri-la;
11. Exigir o fim da desoneração da contribuição patronal em folha para o INSS, em defesa da Previdência Pública!
12. Combater a terceirização nos setores público e privado, bem como a alta rotatividade da mão de obra. Não ao PL 4330!
13. Defender a Saúde Pública, revogar a Lei das Organizações Sociais (OSs): A luta da CUT em defesa pública deve ser intensificada, há uma forte ameaça em privatizar, terceirizar um direito do povo trabalhador que é a saúde pública. Desde 1998 tramitava no STF o pedido de inconstitucionalidade da lei 9.637/98 de FHC, após longos 17 anos o STF julgou alguns pontos da lei inconstitucional, enquanto isso as OSs proliferaram no país inteiro e os serviços foram entregues a entidades privadas. A CUT deve manter a exigência da revogação da lei 9.637/98 para que possamos reestabelecer em todo território nacional uma sistema de saúde pública.